



**SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013  
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja**

**ESCLARECIMENTOS, PERGUNTAS E RESPOSTAS  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013 PARA A  
CONCESSÃO PATROCINADA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS  
PÚBLICOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA LINHA 6 –  
LARANJA DE METRÔ DE SÃO PAULO, CONTEMPLANDO  
IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS CIVIS E SISTEMAS, FORNECIMENTO  
DO MATERIAL RODANTE, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO,  
MANUTENÇÃO E EXPANSÃO.**

**Esclarecimento 1:**

No item 8.6.3 do Edital, onde se lê “desde que a situação (de sociedade controlada, controladora e/ou coligada)”, leia-se “desde que a situação (de sociedade controlada, controladora, coligada e/ou empresa sob controle comum, direta ou indiretamente)”, guardando conformidade com o previsto no início do mesmo item.

**Esclarecimento 2:**

No item Segunda Parte – Definições, do edital, onde se lê REMUNERAÇÃO CONTINGENTE – “Remuneração, no valor de R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos) por passageiro transportado (...)”, leia-se “Remuneração, no valor de R\$ 2,00 (dois reais) por passageiro transportado (...)”, guardando conformidade com o previsto no item 52.7 da minuta do contrato.

**Esclarecimento 3:**

No item 12.1.1 da minuta de contrato, onde se lê “No Plano de Operação proposto deverá ser indicado que a OPERAÇÃO ASSISTIDA ocorrerá, na FASE I, com duração mínima de 15 dias e deverá anteceder em no mínimo 90 (noventa) dias o início da OPERAÇÃO COMERCIAL”, leia-se “No Plano de Operação proposto deverá ser indicado que a OPERAÇÃO ASSISTIDA ocorrerá, na FASE I, com duração mínima de 15 dias”.

**Esclarecimento 4 – erros materiais:**

- No item 2.1.1.6.1, em vez de VII, considere-se VI;
- No item 4.1.1, em vez de 4.1.5, considere-se 4.2;
- No item 4.4, em vez de 37.10, considere-se 37.5.2;
- No item 18.2.1.1, em vez de alínea “n”, considere-se “m”;
- No item 19.9, em vez de 21.3.2, considere-se 21.3.3;
- No item 20.10.3, em vez de 37.10, considere-se 37.5.2;
- No item 20.10.4 repetido, em vez de 20.10.4, considere-se 20.10.5;
- No item 20.10.5, em vez de 20.10.5, considere-se 20.10.6;
- No item 20.10.6 renumerado, em vez de 21.3.11, considere-se 21.3.10;
- No item 24.7.2, em vez de 24.7, considere-se 24.7.1;
- No item 24.8, na indicação da Cláusula Sétima, inclui-se o item 7.1;
- No item 25.1.13, em vez de 37.4.2, considere-se 37.2;
- No item 26.2, primeiro, para dar sequência, considere-se 26.1.2;
- O item 28.2.12 deve ser considerado como 28.2.2;



**SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013  
PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja**

- No item 37.5, em vez de 37.10.1, considere-se 37.5.2.1;
- No item 41.8 para dar sequência numérica, considere-se 41.6 e seguintes;
- No item 42.3 para dar sequência numérica, considere-se 42.2 e seguintes;
- No item 42.4.1 renumerado, em vez de 42.5, considere-se 42.4;
- Nos itens 52.7.3.1 e 52.7.3.4, em vez de 6.5.6, considere-se 6.5.5;

**RESPOSTAS A QUESTIONAMENTOS**

**QUESTÃO 1:**

O item 14.12 do Edital dispõe que a CONCESSIONÁRIA é responsável pela execução direta e pessoal da operação dos serviços de transporte público de passageiros da LINHA 6 do Projeto São Paulo, incluindo a segurança operacional, “observado o item 35.1 do CONTRATO”. Um novo item 14.12.1 foi incluído no Edital dizendo que “a CONCESSIONÁRIA poderá firmar compromisso com empresa operadora, que atenda às exigências do item 8.6.1.1, alínea “a” do edital, para transferência de tecnologia de operação e manutenção de serviços de transporte metroferroviário, a partir do início da operação da Linha 6 em qualquer caráter, pelo período máximo de 3 (três) anos, a contar da Operação Comercial da linha” (grifo nosso).

Nos termos do art. 25 da lei federal nº 8,987/95 (a “Lei de Concessões”), a CONCESSIONÁRIA está incumbida de executar os serviços concedidos (caput), mas pode contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados (§1º). A CONCESSIONÁRIA permanece, entretanto, responsável por todos os prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE, aos usuários ou a terceiros relacionados com os serviços concedidos.

Nosso entendimento da Lei de Concessões é que a CONCESSIONÁRIA está permitida a terceirizar as atividades relacionadas com o projeto, no todo ou em parte (incluindo atividades operacionais). Esse entendimento é consistente com a cláusula 35.1 do CONTRATO. Essa também é a prática nos mercados internacionais.

Os novos documentos de licitação introduziram a nova cláusula 2.4.1 no CONTRATO e o item 14.12.1 do Edital, que podem ser entendidos da seguinte maneira:

- Preocupação e foco na transferência de tecnologia de empresas estrangeiras;
- Uma restrição à Lei de Concessões, impondo um limite de 3 anos para a subcontratação de atividades operacionais.

Com relação ao primeiro, a Keolis apoia vigorosamente a transferência de sua experiência internacional e tecnologia para suas operadoras locais, assegurando que essa experiência e know-how será parte de sua entidade operadora brasileira (uma subsidiária da Keolis) para que o PODER CONCEDENTE e a operadora que a suceda no final da concessão se beneficiem deles. Também concordamos com o princípio estabelecido pela Lei de Concessões segundo o qual a CONCESSIONÁRIA é integralmente responsável pela Função de Operação. Nesse sentido, estamos propondo a passagem das obrigações da CONCESSIONÁRIA, através de um contrato robusto, para uma empresa controlada totalmente ou majoritariamente por um acionista da CONCESSIONÁRIA, que será diretamente administrado e supervisionado pela CONCESSIONÁRIA. Nesse sentido, não enxergamos o benefício de se limitar em 3 anos a possibilidade de subcontratação dos serviços operacionais



**SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013**  
**PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja**

do projeto.

Com base nisso, pedimos que V.Sas. confirmem o entendimento que uma companhia controlada totalmente ou majoritariamente por um acionista da CONCESSIONÁRIA, e que possui experiência em operação e as qualificações exigidas pelo Edital, poderia desempenhar os serviços de operação para a CONCESSIONÁRIA pelo prazo total do CONTRATO.

**RESPOSTA 1:** Entendimento incorreto. A pergunta parte da premissa errônea de que a Lei nº 8987/95, em seu artigo 25, autoriza a subcontratação da operação da concessão, o que não é correto. A operação dos serviços é a atividade central da concessionária, o núcleo da concessão. Assim, permitir a sua execução por empresa subcontratada, mesmo para empresa do mesmo grupo econômico da acionista majoritária, equivaleria a conceder uma subconcessão, o que não é autorizado. O item 14.12.1 do Edital considera o prazo de três anos para a transferência de tecnologia de operação e manutenção de serviços de transporte metroferroviário.

**QUESTÃO 2:**

**1. Vigências e Prazos**

Cláusula 4.1.2.1

- i) A referida cláusula indica que a Etapa Preliminar tem como previsão de duração 4 (quatro) meses, contados da data de assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada por, no máximo, 1 (um) mês.  
Entendemos que a duração mínima da Etapa Preliminar será de 4 (quatro) meses.

Nosso entendimento está correto?

**RESPOSTA 2:** Não, esta é a duração estimada, podendo ser encurtada, caso todas as obrigações previstas na Etapa Preliminar sejam cumpridas antes dos 4 (quatro) meses.

**QUESTÃO 3:**

**1. Vigências e Prazos**

Cláusula 4.1.2.1

- ii) Sugerimos que a aprovação do Plano de Seguros, a ser apresentado pela Concessionária, seja incluído nas obrigações a serem cumpridas durante a Etapa Preliminar.

**RESPOSTA 3:** Sugestão não aceita.

**QUESTÃO 4:**

**1 Vigências e Prazos**

Cláusula 4.1.2.1

- iii) Sugerimos que, caso as obrigações presentes na Etapa Preliminar não sejam cumpridas em prazo de 2 (dois) anos contados da assinatura do Contrato, as partes têm o direito de terminar (rescindir) o Contrato.

**RESPOSTA 4:** Sugestão não aceita. As penalidades já estão previstas na Cláusula pertinente.

**QUESTÃO 5:**

**1. Vigências e Prazos**

Cláusula 4.1.2.1

- iv) Sugerimos que a cláusula 4.2.1 indique que todas as obrigações devem ser concluídas antes do início da vigência da Concessão, e não apenas as obrigações do Poder Concedente.

**RESPOSTA 5:** Sugestão não aceita. As penalidades já estão previstas na Cláusula pertinente.



**SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013**  
**PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja**

**QUESTÃO 6:**

**2. Risco Macroecômico**

Cláusula 20.4.1 e 20.4.5

Estas cláusulas indicam que a Concessionária deve assumir riscos macroecômicos tais como, aumento dos custos de financiamento e variação de taxa de câmbio. Estas situações são incontroláveis pelo parceiro privado **e deveriam ser assumidos pelo Poder Concedente.** Este assunto toma maior relevância devido as recentes variações nas taxas de juros e de câmbio no país.

**RESPOSTA 6:** Sugestão não aceita.

**QUESTÃO 7:**

**3. Da Garantia do Contrato**

Cláusula 24.7.1

De acordo com a Minuta do Contrato, a Concessionária é obrigada a repor ou complementar a garantia executada durante todo o período de Concessão, o que gera uma responsabilidade ilimitada ao Concessionário.

Deveria haver um limite de responsabilidade de Concessionária, limitando a reposição da garantia a um determinado teto. Isso porque, reposição ilimitada indica que a concessionária não está atendendo o Contrato e deveria haver a terminação do mesmo.

**RESPOSTA 7:** O limite da garantia será sempre aquele fixado no contrato. A reposição do valor, em caso de execução por inadimplemento contratual, respeitará tal limite.

**QUESTÃO 8:**

**4. Das Desapropriações, Reassentamentos e Servidões Administrativas**

Cláusula 2.1; 4.1; 20.4.7; 20.10; 25.9 e 37

Entendemos que a responsabilidade pelas desapropriações, servidões temporárias e reassentamentos é parte do escopo do Poder Concedente. Porém, há ainda incertezas quanto a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos de desapropriação.

Deste modo, sugerimos que o escopo total das desapropriações seja responsabilidade do Poder Concedente e que a Etapa Preliminar do contrato somente seja concluída após todas as áreas necessárias a implantação da Linha 6 estejam liberadas.

**RESPOSTA 8:** Sugestão não aceita.

**QUESTÃO 9:**

**5. Risco de Demanda**

Cláusula 20.7

O mecanismo de mitigação do risco de demanda não cobre os primeiros 12 (doze) meses da operação comercial. Durante este período, o número de passageiros aumentará gradativamente, enquanto a Concessionária deverá prover serviços em intervalos regulares determinados em Contrato. Portanto, sugerimos que as Contraprestações, durante este período, sejam baseadas no número de passageiros projetados no estudo de demanda publicado no Edital.

**RESPOSTA 9:** Sugestão não aceita.

**QUESTÃO 10:**

**6. Dos Seguros**

Cláusulas 20.6.1; 21.3.4 e 26.1; e 26.4

Caso de evento Fortuito ou de Força Maior deve ser responsabilidade da Concessionária se,



**SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 004/2013**  
**PROCESSO STM Nº 000770/2012 - PPP da LINHA 6 – Laranja**

ao tempo de sua ocorrência, corresponder a um risco segurável no Brasil há pelo menos 2 (dois) anos, até o limite da média dos valores de apólices normalmente praticados no mercado, por pelo menos duas empresas do ramo. Este representa um risco imprevisível e incontrolável.

Seguinte o princípio de compartilhamento de riscos, sugerimos que o escopo do seguro, o valor segurado e valor das franquias sejam especificados pelo Poder Concedente.

**RESPOSTA 10:** Sugestão não aceita.